

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A VOZ DOS INVISÍVEIS:
dinheiro autonomia, liberdade e cidadania**

***THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM AND THE VOICE OF THE
UNSEEN PEOPLE: money, autonomy, freedom and citizenship***

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Ed. Unesp, 2013. 241 p.

Patrícia Oliveira S. dos Santos
Universidade Federal da Paraíba

Flávia Ferreira Pires
Universidade Federal da Paraíba

O livro *Vozes do Bolsa Família* é resultado de um exaustivo trabalho de pesquisa qualitativa realizada ao longo de cinco anos (de 2006 a 2011) com as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) que residem nas regiões consideradas ‘mais desassistidas’ do país, a saber, o sertão de Alagoas, zona litorânea de Alagoas, Vale do Jequitinhonha (MG), interior do Piauí, interior do Maranhão, as periferias de São Luís (MA) e de Recife (PE). Os autores mostram como o recebimento do benefício, muitas vezes a primeira experiência de renda regular das famílias, tem modificado a vida das beneficiárias e de suas famílias, evidenciando, assim, “os efeitos políticos e morais nada secundários do PBF [...]” (Rego; Pinzani, 2013, p. 15).

O estudo é baseado em entrevistas com mulheres titulares do cartão PBF, aquelas destituídas de voz, ‘os invisíveis’ (Rego; Pinzani, 2013, p. 15). Destacam os autores a necessidade de se ouvir diretamente as beneficiárias do Programa, o que justifica as mais de 150 entrevistas realizadas. A pesquisa não é procedente de uma pesquisa estatística tampouco se mostra de cunho quantitativo, ao contrário, os autores se utilizam da técnica de entrevista aberta, uma vez que julgam ser a única possível em investigações como

essa, já que pretendem alcançar alguns níveis da estrutura subjetiva das entrevistadas. Dessa forma, valem-se da entrevista de longa duração, provida apenas de um roteiro de questões, em muitos casos seguindo e interpelando a livre fala das mulheres entrevistadas. Essa escolha metodológica traz grandes contribuições ao trabalho, pois ao dar voz aos destituídos de voz, ou aos ‘invisíveis’, os autores podem melhor captar e mostrar, a partir deles mesmos, o mundo e a forma como vivem os pobres e extremamente pobres do país. Posto isso, a decisão de ouvir diretamente as beneficiárias se deu, não só por uma razão metodológica, mas por uma razão ética, destacando que para muitas mulheres a entrevista foi um momento inédito de reflexão sobre suas vidas a partir de um processo dialógico suscitado pelos pesquisadores. Os autores destacam ainda a importância da linguagem em relação à dignidade e à autonomia individual. A linguagem é descrita como uma instituição social por meio da qual é possível proferir as experiências de sofrimento. Nas palavras dos autores:

A linguagem é uma instituição social na qual é possível articular as experiências de sofrimento e que implica a existência da comunidade de falantes e agentes que se reconhecem reciprocamente. A dignidade tem a ver com a inclusão em tal comunidade de comunicação e reconhecimento (Rego; Pinzani, 2013, p. 31).

O livro encontra-se dividido em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais, e conta ainda com algumas fotos que ajudam o leitor a imaginar o universo dos sujeitos pesquisados. Logo na introdução, os autores destacam que a intenção da pesquisa foi a de investigar os efeitos políticos e morais do PBF. Para atingir o objetivo proposto, os autores lançam mão da ideia de autonomia individual, a qual se encontra baseada no conceito de *capability approach* desenvolvido por Amartya Sen e Martha Nussbaum. O termo é mantido em sua forma original devido à dificuldade de traduzi-lo, mas deriva da fusão entre *capacity* (capacidade) e *ability* (habilidade). Dessa forma, ele designaria algo em torno do poder ou da capacidade de executar alguma coisa, ou da habilidade de agir. Juntamente com esse conceito, os autores utilizam-se da teoria do dinheiro de Marx e Simmel.

O primeiro capítulo, “Ouvir a voz dos pobres”, é de caráter teórico-metodológico, no qual os autores buscam situar a pesquisa social na perspectiva da Teoria Crítica, abordando a posição do pesquisador social, seu papel quando se encontra em campo, e justificando a importância de ouvir os pobres. Nesse capítulo, os autores destacam que os pobres em geral são considerados meros objetos de políticas públicas e nunca sujeitos da

política ou sujeitos políticos, o que por sua vez contribui para a sua relativa perda de autonomia. Por isso, partem da ideia de que é necessário ouvi-los e deixar que eles mesmos descrevam sua situação; atentando, todavia, para as possíveis distorções a que essa percepção pode estar sujeita, uma vez que “pessoas que vivem em uma situação de pobreza ou miséria frequentemente não têm consciência do fato de que são vítimas de alguma injustiça” (Rego; Pinzani, 2013, p. 30).

Algumas das mulheres beneficiadas foram entrevistadas mais de uma vez durante o período de pesquisa, o que possibilitou a verificação da extensão das mudanças que elas experimentaram a partir do recebimento do benefício. A respeito de D. Madalena (35 anos), os autores escrevem:

Veio nos atender de modo sorridente, muito diferente do ano anterior, quando a encontramos lacônica, de semblante sombrio, tendo caído aos prantos a certa altura da entrevista. Fotografamo-la juntamente com seus filhos, e nesse momento ela fez questão de contar que no ano anterior a tínhamos encontrado num dos momentos mais difíceis de sua vida (Rego; Pinzani, 2013, p. 115).

Emblemático também, nesse processo de mudanças, é o caso de D. Luisa (41 anos):

Ao chegarmos, Luisa mostrou-nos, rindo, o nenê que tinha nos braços [...] Sua melhoria de vida era visível: a casa estava pintada, na sala havia três sofás com capas e, claro, a soberana presença da televisão. Podíamos sentar-nos com certo conforto, muito diferentemente da primeira vez que a entrevistamos, quando quase não conseguíamos nos acomodar, deixando-a muito constrangida [...] As crianças vestiam tênis e bermudas [...] Dona Luisa [...] falava com alegria da melhoria que a bolsa trouxera a sua vida: ela e sua família comiam melhor e de fato a vida melhorara bastante (Rego; Pinzani, 2013, p.116).

O pobre no Brasil é associado pela classe média ao marginal e preguiçoso, o que justificaria sua situação socioeconômica. Esse pensamento se perpetua para os beneficiários do PBF, gerando quase um duplo estigma, a pobreza em si mesma e acusações de serem acomodados, de quererem mais filhos para receber mais dinheiro sem trabalhar. No entanto, esses argumentos são rebatidos, pois, como bem nos mostram os autores, esse pensamento nada mais é que o fruto do preconceito e da cultura do desprezo pelo pobre.

O segundo capítulo, “Bases teóricas da pesquisa”, segue na mesma linha do primeiro, trazendo uma larga discussão teórica sobre pobreza, humilhação, sofrimento, dignidade, autonomia, gênero, renda e liberdade, além de mostrar que a renda advinda do PBF tem sido um importante instrumento de formação cívica. Isso se dá na medida em que essa renda contribui para que essas mulheres problematizem a situação em que vivem e galguem uma paridade maior de direitos e participação – por exemplo, ao ampliar seu acesso aos serviços públicos de uso coletivo, contribui-se para a construção da cidadania. Destaca-se a relação entre políticas públicas e a criação de cidadania, no sentido da constituição de novos sujeitos políticos, uma vez que os autores acreditam que as condicionalidades exigidas pelo Programa “possuem caráter republicano e contribuem para o processo de cidadãos e indivíduos responsáveis perante sua comunidade política” (Rego; Pinzani, 2013, p. 70-71).

No terceiro capítulo são narradas as entrevistas mais significativas ou paradigmáticas. É por meio delas que podemos conhecer e imaginar como vivem essas mulheres que são vozes do Bolsa Família. As falas se mantêm em sua forma original e são apresentadas de maneira direta, ou seja, sem avaliação ou análise. Podemos dizer que os autores fazem uma ‘descrição densa’ (Gertz, 2008) de como vivem as mulheres entrevistadas, da região onde se encontram, suas condições geográficas e climáticas. São mulheres que vivem em cabanas de palhas, casas de taipa, de chão batido, moradias precárias, em lugares sem infraestrutura urbana, como o saneamento básico. De modo geral, as mulheres entrevistadas possuem baixa escolaridade, casaram-se cedo e tiveram muitos filhos. Em virtude dessas condições não conseguem empregos com facilidade e quando conseguem são trabalhos considerados humilhantes, como as cavadoras de maçonim – trabalho para “pessoas desesperadas” (Rego; Pinzani, 2013, p. 98). Os maridos estão, em sua maioria, desempregados, posto que as oportunidades de emprego são escassas, especialmente para aqueles sem um nível mínimo de escolaridade. Assim, quando conseguem algum serviço em geral não passa de um ‘bico’. Mas, apesar do pequeno nome, o trabalho é gigantesco. Contam os autores que esses homens conseguem trabalhar na roça por um ou dois dias na semana para ganharem cerca de R\$10,00 por oito horas de trabalho duro. Constantemente, os autores encontraram homens e mulheres com semblantes deprimidos.

Nessas condições, não é difícil entender a importância que a renda do PBF tem para essas mulheres. Todavia, as mudanças geradas pelo Programa não são apenas individuais, mas também coletivas, na medida em que se estendem para a família. O dinheiro do benefício é largamente usado para a alimentação, que é desfrutada por todos da família, assim como para

a compra de material escolar, calçados e roupas para as crianças. De certo que houve grande mudança na vida das beneficiárias, e a maior delas se deu no âmbito alimentar, como foi relatado com grande satisfação por uma das mulheres entrevistadas, que agora podia comprar ‘macarrão de pacote’, o que equivale a dizer que podia comprar o pacote inteiro do macarrão. Outras mulheres afirmaram que o dinheiro da bolsa lhes ajuda a comer melhor, como a beneficiária que relatou a compra de bolacha para as crianças. Mas as mudanças vão além do alimento, o PBF proporcionou a essas mulheres, por exemplo, o desenvolvimento do cuidado de si, como no caso de Isabel (28 anos) que pode comprar um creme para o cabelo. O PBF também contribuiu para realização de sonhos, como o da laqueadura das trompas ou o da separação conjugal, no caso de mulheres que viram no recebimento do BF uma possibilidade de planejarem minimamente a vida, não sendo mais obrigadas a submeterem-se ao ‘destino’, seja no que diz respeito ao número de filhos gerados ou a uma situação de violência e humilhação maritais.

O quarto capítulo – “Pobreza: um conceito pluridimensional” – tem como centro a questão da pobreza, como já aponta o próprio título. Nele, numa discussão instigante, os autores trazem à tona os aspectos não econômicos da pobreza, mostrando-nos que são as características fenomenológicas da pobreza que estigmatizam o pobre, impossibilitando-o de ascender. Os autores destacam, com base em Armatya Sen, que “a pobreza deve ser vista como privação das *capabilities* básicas em vez de meramente como baixo nível de renda”. Todavia reconhecem que “a baixa renda é umas das causas principais da pobreza” (Rego; Pinzani, 2013, p. 147). Dessa forma, umas das grandes contribuições atreladas ao PBF é o fato de ele ser considerado uma renda fixa para essas famílias; fixa no sentido de não ser inconstante como os “bicos”, que apenas vez por outra se consegue encontrar. Nesse sentido, o PBF pode ser considerado uma espécie de renda, ainda que mínima, e esse aspecto contribui para o alívio imediato da pobreza, bem como para a possibilidade de quebra do ciclo vicioso da pobreza nas gerações futuras.

No quinto e último capítulo, “Dinheiro e autonomia”, os autores retomam e desenvolvem a relação entre dinheiro e autonomia individual. Eles destacam como o benefício faz com que as beneficiárias se tornem, em alguma medida, mais autônomas, pois, com propriedade de causa, os autores afirmam que, após cinco longos anos de andanças e entrevistas pelo Brasil a fora, “pode-se afirmar que o programa Bolsa Família produz mudanças significativas na vida das pessoas destinatárias dele” (Rego; Pinzani, 2013, p. 189). Vale lembrar mais uma vez que, em muitos casos, o benefício do PBF foi a primeira experiência de renda fixa para a família.

Simmel é citado quando nos dizem que o dinheiro é o mais móvel de todos os bens, e, sendo móvel, proporciona uma ampliação nas

possibilidades de escolhas, levando à programação e ao desenvolvimento da própria vida. Por isso, o dinheiro pode ser considerado “a via que leva à passagem para uma esfera de maior liberdade pessoal” (Rego; Pinzani, 2013, p.214), ou seja, de autonomia. Para os autores “o Bolsa Família pode ser visto como política de urgência moral, capaz de estabelecer as condições mínimas para o desenvolvimento de autonomia ética e política” (Rego; Pinzani, 2013, p. 215). Nesse sentido, o Programa tem contribuído positivamente para a autonomia das mulheres beneficiárias. No entanto, a grande mudança está por vir e é ansiosamente aguardada para a geração dos filhos dessas mulheres beneficiadas, pois que já há a possibilidade de sonhar com um futuro diferente; embora, na maioria dos casos, o sonho não as inclua, porque a esperança chegou tarde demais. Mas é sobre os filhos dessas mulheres que está depositada a expectativa da quebra de um ciclo vicioso de pobreza e o início de um novo ciclo, um ciclo virtuoso de direitos.

Nas considerações finais, os autores reafirmam a importância do PBF, mas destacam que muito ainda precisa ser feito para que o Brasil se torne um país de cidadãos munidos de direitos iguais. A renda mínima regular que o Programa proporciona aos beneficiários contribui para “o início da superação da cultura da resignação, ou seja, da espera resignada pela morte por fome e doenças ligadas à pobreza” (Rego; Pinzani, 2013, p. 190); a regularidade dessa renda “visa precisamente emancipá-los não somente da miséria ou da pobreza, mas também de um ambiente social que pode ser causa ulterior de sofrimento [...] o dinheiro é um elemento necessário para a construção de uma base material da autonomia” (Rego; Pinzani, 2013, p. 70).

Oportuno em dois sentidos, o livro foi lançado em 2013, ano em que o Programa completou uma década, e veio ajudar a preencher a lacuna de publicações acadêmicas de cunho qualitativo sobre o PBF, somando-se ao Dossiê sobre os dez anos do PBF (Pires; Rego, 2013), publicado pela revista *Política & Trabalho* da Universidade Federal da Paraíba, e que traz, inclusive, um artigo dos autores sobre do livro sobre os quais nos debruçamos. Ao mesmo tempo, pela relevância do tema e a qualidade do trabalho, o livro tem alcançado plateias para além dos muros da academia.

Erudição e sensibilidade compõem *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*, que une o conhecimento dos autores clássicos e contemporâneos da Sociologia aliado à análise fina e sofisticada da fala das entrevistadas. Esse tino para o ‘ouvir’ e ‘observar’ somado à astúcia e experiência dos autores, capazes de interpretar a fala nativa na sua profundidade, faz do livro um exercício muitas vezes poético que, a nós, conhecedoras de realidades similares, nos emocionou. Como pesquisadoras do PBF no semiárido paraibano, pudemos vislumbrar nossos trabalhos de campo e nossas conclusões de pesquisa sendo refletidos em inúmeras

páginas. Por fim, resta-nos recomendar a leitura tanto pela possibilidade de conhecer o Brasil, o Brasil Profundo, tão sofrido e pobre, quanto pela análise sociológica primorosa, e largamente inédita, do PBF e seus efeitos na vida de milhões de brasileiros.

Referências

- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 3-23.
- PIRES, Flávia Ferreira; REGO, Walquíria Domingues Leão. Dossiê 10 anos do Programa Bolsa Família. **Revista Política e Trabalho**, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, v. 1, ano 30, n. 38, abril 2013. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/issue/view/1249>>. Acesso em: 20 set. 2013.
- REGO, Walquíria Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso da Bolsa Família. Dossiê 10 anos do Programa Bolsa Família. **Revista Política e Trabalho**, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, v. 1, ano 30, n. 38, abril 2013, p. 21-42. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/15029/9376>>. Acesso em: 20 set. 2013.

Recebido em 01/03/2014

Aprovado em 05/04/2014